

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR
APELAÇÃO CRIMINAL nº 0000311-80.2021.8.10.0040 Sessão virtual de 24/02/23
a 02/05/23 Apelante: MARCELO VICTOR COSTA SÁ Defensor Público: ANDRÉ DE
OLIVEIRA ALMEIDA Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL Relator:
Desembargador GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR Revisora: Desembargadora
SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE
ENTORPECENTES E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. NULIDADE DA
BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR. ILICITUDE DAS PROVAS. NÃO OCORRÊNCIA.
MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADAS. DEPOIMENTO DOS POLICIAIS.
VALIDADE. DOSIMETRIA. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO.
QUANTIDADE, NATUREZA E DIVERSIDADE DO ENTORPECENTE APREENDIDO. INCIDÊNCIA
DE PERCENTUAL INTERMEDIÁRIO. MANUTENÇÃO DA FRAÇÃO REDUTORA. RECURSO
DESPROVIDO. I. A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é
lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões,
devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa
ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade
disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos
atos praticados (Tema 280 – STF). II. A existência de informes de que o
réu, ora apelante, integra facção criminoso e de que possui envolvimento
com comercialização de entorpecentes, evidenciam a existência de fundadas
razões a justificar a entrada de forças policiais no domicílio do acusado,
ainda que sem mandado, pelo que não se verifica a nulidade das provas
obtidas por intermédio dessa diligência, destacando-se a existência de
arcabouço probatório que permite a conclusão de que, na hipótese em
apreço, houve autorização para a entrada no respectivo local. III.
Demonstradas a materialidade e a autoria do crime de tráfico de drogas e
posse ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 33, caput, da Lei
11.343/2006 e art. 12 da Lei nº 10.826/03), mediante provas submetidas ao
crivo do contraditório e da ampla defesa, a manutenção da decisão
condenatória é medida que se impõe. IV. A mercancia ou a quantidade da
droga apreendida não são os únicos elementos que caracterizam o crime de
tráfico de entorpecentes, de sorte que para a configuração do referido
delito, por se tratar de figura típica de ação múltipla, é suficiente a
realização de qualquer um dos núcleos do tipo previsto no art. 33 da Lei
Antidrogas. V. A posse ilegal de arma de fogo de uso permitido é delito de
perigo abstrato, razão pela qual a simples configuração de quaisquer das
ações previstas em seu núcleo é suficiente para a consumação do tipo. VI.
O testemunho prestado por policiais envolvidos em ação investigativa
responsável pela prisão em flagrante do acusado é válido e revestido de
eficácia probante, na medida que revestidos de fé pública, sobretudo
quando compatível com o arcabouço probatório constante dos autos, e diante
da inexistência de elementos a infirmar a versão apresentada em juízo ou
comprovar motivação pessoal para a incriminação injustificada do réu.
Precedente do STJ. VII. A inexistência de justificativa no tocante à
aplicação do percentual da causa redutora constante do art. 33, § 4º, da
Lei nº 11.343/06 não impõe a inexorável fixação da maior fração de
diminuição, de sorte que em virtude da natureza, quantidade e diversidade
da droga apreendida é possível a aplicação do respectivo percentual no
patamar intermediário de 1/3 (um terço). VIII. Apelação criminal conhecida
e desprovida. São Luís/MA, data do sistema. GERVÁSIO Protásio dos SANTOS
Júnior Desembargador Relator (ApCrim 0000311-80.2021.8.10.0040, Rel.
Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS JUNIOR, PRESIDÊNCIA, DJe
03/05/2023)